

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

HORIZONTE 2026-2035

Ciclo executivo 2026-2029

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO - PI

VERSÃO 1.1 | MINUTA TÉCNICA REVISADA

Para validação administrativa, orçamentária e jurídica | Agosto de 2026

Situação do documento

MINUTA TÉCNICA REVISADA - SEM VIGÊNCIA INSTITUCIONAL

Esta versão incorpora revisão estratégica, metodológica, orçamentária e de governança. Deve ser validada pelos órgãos responsáveis e pela Procuradoria antes da aprovação. A vigência ocorrerá somente com a publicação do decreto de aprovação acompanhado da versão final do PEI.

Campo	Definição
Documento	Plano Estratégico Institucional do Poder Executivo Municipal de União - PI
Horizonte	2026-2035
Primeiro ciclo	2026-2029, alinhado ao PPA municipal do mesmo período
Versão	1.1 - minuta técnica revisada
Coordenação proposta	Secretaria Municipal de Planejamento e Administração
Validação necessária	Finanças, Controladoria, Procuradoria, RPPS, secretarias e fundos responsáveis
Aprovação	Decreto do Chefe do Poder Executivo, com publicação integral do ato e do PEI

Órgãos participantes da validação

- Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.
- Finanças, Controladoria, Procuradoria, Ouvidoria e Comunicação.
- Educação, Saúde, Ação Social e Cidadania, Obras e Serviços Públicos.
- Agricultura, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Cultura e Turismo, Esporte e Lazer e unidade gestora do RPPS.

Os nomes dos agentes públicos responsáveis serão registrados nos atos de designação e no histórico de cada versão. Essa opção preserva a validade do plano diante de mudanças de titulares.

Sumário

Situação do documento	1
Órgãos participantes da validação	1
Sumário	2
Mensagem do Prefeito	4
Apresentação	4
Resumo executivo	4
1. Finalidade, natureza, horizonte e método	5
Finalidade e escopo	5
Base normativa e técnica	5
Método	5
2. União em 2025: diagnóstico territorial, social, fiscal e institucional	5
Território e população	5
Situação fiscal e patrimonial	5
Serviços e capacidade institucional	6
3. Problemas estratégicos prioritários	6
4. Análise FOFA e cenários	6
5. Escuta social, territorialização e participação cidadã	6
6. Identidade estratégica: missão, visão e valores	7
7. Diretrizes prioritárias e teoria de mudança	8
8. Eixos estratégicos e planos de ação	8
Eixo 1 - Governança, integridade e transformação digital	8
Eixo 2 - Sustentabilidade fiscal e previdenciária	8
Eixo 3 - Educação e desenvolvimento humano	8
Eixo 4 - Saúde e proteção social	9
Eixo 5 - Infraestrutura, mobilidade e serviços públicos	9
Eixo 6 - Desenvolvimento rural, trabalho e renda	9
Eixo 7 - Meio ambiente, água e resiliência	9
Eixo 8 - Cultura, esporte, participação e cidadania	9
9. Carteira de projetos estruturantes	10

10. Metas e indicadores 2026-2035	10
Governança e sustentabilidade fiscal	10
Educação, saúde e proteção social	11
Infraestrutura e desenvolvimento	11
Ambiente, cultura, participação e gestão	11
11. Financiamento e alinhamento PPA-LDO-LOA	11
12. Monitoramento físico, financeiro e orçamentário	12
Regras de desempenho	12
13. Governança, responsabilidades e prestação de contas	12
14. Gestão de riscos	13
15. Ciclo anual de revisão e aprendizagem	13
16. Agenda executiva 2026-2029	13
17. Agenda de continuidade 2030-2035	13
18. Considerações finais	14
Anexo I - Fichas técnicas consolidadas dos indicadores	15
Anexo II - Ficha padrão de projeto estratégico	16
Anexo III - Painel de monitoramento	17
Anexo IV - Matriz preliminar de vinculação orçamentária	17
Anexo V - Requisitos do ato de aprovação e controle de versões	17
Anexo VI - Glossário e referências	18
Referências normativas e técnicas	18

Mensagem do Prefeito

O Município de União inicia um novo ciclo de planejamento orientado por resultados, transparência e responsabilidade. Este Plano transforma o diagnóstico de 2025 em prioridades, projetos, indicadores e compromissos verificáveis, respeitando a realidade urbana e rural e a capacidade financeira municipal.

Mais do que reunir intenções, o documento organiza responsabilidades institucionais, prazos, rotinas de monitoramento e mecanismos de participação social. Sua execução dependerá da integração entre secretarias, da compatibilidade com PPA, LDO e LOA e da publicação periódica dos resultados.

O compromisso é aperfeiçoar os serviços, reduzir desigualdades e gerar valor público com legalidade, eficiência, responsabilidade fiscal e diálogo permanente com a população.

Gustavo Conde Medeiros
Prefeito de União - PI

Apresentação

O Plano Estratégico Institucional - PEI 2026-2035 organiza a direção de longo prazo do Poder Executivo Municipal e estabelece um primeiro ciclo de implementação alinhado ao PPA 2026-2029. Sua base empírica é o Relatório de Gestão Consolidado de 2025, complementado por referências oficiais de governança, gestão estratégica, transparência, governo digital, orçamento e controle externo.

O PEI tem natureza gerencial e institucional. Não substitui os instrumentos legais de planejamento e orçamento, não cria despesa e não assegura dotação. Orienta prioridades, revisões do PPA vigente, elaboração das LDOs e LOAs e preparação dos ciclos subsequentes.

Princípio de integridade dos dados
Nenhuma informação sem fonte ou metodologia validada será tratada como resultado definitivo. Linhas de base assinaladas com asterisco serão conciliadas na implantação; indicadores classificados como LB 2026 exigem ficha técnica, fonte, responsável, data de corte e evidência em até 60 dias da publicação do decreto.

Resumo executivo

O diagnóstico de 2025 revela capacidade relevante de prestação de serviços e, simultaneamente, desafios de equilíbrio fiscal, dependência de transferências, sustentabilidade previdenciária, fragmentação de dados, digitalização parcial, baixa maturidade de projetos e ausência de monitoramento físico-financeiro padronizado.

Indicador-chave	Linha de base	Situação da fonte
População estimada 2025	47.896	IBGE - verificada
Receita arrecadada	R\$ 290,63 milhões	RGC 2025 - validar com balanço
Despesa executada	R\$ 292,88 milhões	RGC 2025 - especificar estágio
Resultado orçamentário	-R\$ 2,25 milhões	Cálculo consistente; validar conceito
Estudantes atendidos	8.473*	RGC 2025 - conciliar 112 registros
Consultas médicas	43.551	RGC 2025 - validar escopo
Manifestações finalizadas	88,1%*	RGC 2025 - revalidar como resposta no prazo

- Governança, integridade, transparência e transformação digital.
- Sustentabilidade fiscal, captação de recursos e equilíbrio previdenciário.
- Educação, saúde e proteção social com qualidade e equidade.
- Infraestrutura urbana e rural com gestão de ativos e obras transparentes.
- Desenvolvimento rural, trabalho, renda, turismo e sustentabilidade ambiental.
- Cultura, esporte, participação cidadã e foco no usuário.

1. Finalidade, natureza, horizonte e método

Finalidade e escopo

O PEI alinha prioridades, recursos, processos e entregas do Poder Executivo Municipal para a geração de valor público. Abrange órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, fundos e unidades administrativas, sem afastar competências legais, autonomia técnica dos controles ou atribuições dos conselhos.

O horizonte 2026-2035 permite tratar desafios estruturais. O ciclo 2026-2029 corresponde ao PPA vigente e será desdobrado em planos anuais. Compromissos posteriores a 2029 terão caráter estratégico e serão recalibrados na revisão ampla de 2029.

Base normativa e técnica

- Constituição Federal, especialmente os arts. 37 e 165.
- Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.
- Leis nº 12.527/2011, 13.460/2017, 13.709/2018, 14.129/2021 e 14.133/2021.
- Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor, PPA 2026-2029, LDO, LOA e planos setoriais vigentes.
- Decreto Municipal nº 37/2026, sobre governo digital e proteção de dados, e demais atos correlatos.
- Instrução Normativa TCE-PI nº 01/2022 e Manual do RGC aprovado pela Portaria TCE-PI nº 161/2025.
- Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU e Guia Técnico de Gestão Estratégica do Governo Federal.

Método

Foram combinadas análise documental, cadeia de resultados, FOFA, teoria de mudança, objetivos orientados a resultados, carteira de projetos, indicadores, gestão de riscos e ciclo de melhoria contínua. A implantação acrescentará validação setorial das bases, consulta pública inicial, fichas técnicas e vinculação orçamentária.

2. União em 2025: diagnóstico territorial, social, fiscal e institucional

Território e população

União possui perfil rural adjacente e população estimada de 47.896 habitantes em 2025. A prestação dos serviços deve considerar dispersão territorial, mobilidade rural, desigualdades de acesso e custos diferenciados entre sede, bairros, povoados e comunidades.

Situação fiscal e patrimonial

Medida	Resultado 2025	Tratamento no primeiro ciclo
Receita arrecadada	R\$ 290.632.013,82	Conciliar com balanço e série 2023-2025
Despesa executada	R\$ 292.881.101,13	Definir se empenhada, liquidada ou paga
Resultado orçamentário	-R\$ 2.249.087,31	Acompanhar bimestralmente
Disponibilidade financeira	R\$ 34.067.781,24	Segregar fontes, vinculações e obrigações
Resultado patrimonial	R\$ 190.128.234,57	Confirmar conceito contábil e composição
Investimentos em obras informados	R\$ 34.054.786,49	Reconciliar com contratos, medições e pagamentos

O déficit de um exercício é sinal de atenção, mas não demonstra isoladamente desequilíbrio estrutural. O primeiro relatório deverá apresentar série de três anos, composição das receitas, receitas de capital previstas e realizadas, despesas com pessoal, restos a pagar, dívida, disponibilidade líquida por fonte e obrigações do RPPS.

Serviços e capacidade institucional

Área	Linha de base 2025	Ponto de validação
Educação	49 escolas, 6 anexos e 8.473 estudantes; 48% abaixo do básico	Conciliar total por modalidade e metodologia da avaliação
Saúde	15 UBS, 19 ESF, 43.551 consultas e 454.598 visitas	Definir escopo, competência e duplicidades
Administração	3.300 processos até novembro e 216 procedimentos licitatórios	Completar dezembro e classificar processos
Desenvolvimento	25 ações de capacitação e 397 participantes	Contar concluintes únicos e acompanhar egressos
Ouvidoria	302 manifestações e 266 finalizadas	Medir resposta conclusiva dentro do prazo

Pendências de dados
O RGC registra 8.473 estudantes no quadro geral e 8.361 na soma por modalidade. A diferença de 112 registros deverá ser conciliada. O indicador de 9,38 associado ao Previne Brasil somente poderá ser utilizado após validação de unidade, período e metodologia.

3. Problemas estratégicos prioritários

Código	Problema estratégico
P1	Integração insuficiente entre planejamento, orçamento, execução e avaliação
P2	Dependência de transferências e baixa realização de receitas de capital
P3	Resultado orçamentário negativo e rigidez do gasto
P4	Risco atuarial e necessidade de evidência atualizada sobre o RPPS
P5	Dados fragmentados, bases incompletas e baixa interoperabilidade
P6	Processos administrativos com digitalização parcial
P7	Defasagem de aprendizagem e limitações da educação inclusiva
P8	Manutenção preventiva insuficiente nas redes de serviços
P9	Ausência de painel integrado de obras, programas e projetos
P10	Desafios territoriais rurais, ambientais, hídricos e de mobilidade

4. Análise FOFA e cenários

Dimensão	Síntese revisada
Forças	Rede territorial de serviços; experiência setorial; parcerias; ouvidoria com capacidade de resposta; saldo financeiro a qualificar por fonte e obrigação.
Fraquezas	Resultado orçamentário negativo; dados não padronizados; baixa maturidade de projetos; digitalização parcial; evidência previdenciária incompleta.
Oportunidades	PPA 2026-2029; governo digital; emendas e convênios; cooperação com IFPI, SEBRAE, EMBRAPA, SENAI e SENAR; dados abertos.
Ameaças	Volatilidade de transferências; eventos climáticos; elevação de custos; descontinuidade; incidentes cibernéticos; judicialização.

O cenário de referência combina crescimento moderado das demandas e restrição fiscal. O cenário adverso agrega frustração de receitas, eventos climáticos e pressão sobre serviços. O cenário transformador depende de governança, dados confiáveis, projetos maduros, captação estruturada e cooperação intersetorial.

5. Escuta social, territorialização e participação cidadã

Antes da aprovação final, a minuta deverá passar por oficina de validação com os órgãos responsáveis e consulta pública, preferencialmente por período não inferior a dez dias úteis. O relatório de validação registrará contribuições, decisão e justificativa.

Mecanismo	Periodicidade	Produto verificável
Painel da estratégia	Trimestral	Indicadores, projetos, data de atualização e evidências
Reunião territorial	Semestral	Mapa de demandas por zona urbana e rural
Consulta pública digital	Anual	Relatório de contribuições e devolutiva
Audiência de resultados	Anual	Prestação de contas do PEI
Ouvidoria	Contínua	Análise temática e recomendações

6. Identidade estratégica: missão, visão e valores

MISSÃO

Planejar, coordenar e executar políticas públicas integradas, administrando recursos com responsabilidade, transparência e eficiência, para assegurar serviços de qualidade, promover inclusão social, estimular o desenvolvimento sustentável e melhorar as condições de vida da população urbana e rural.

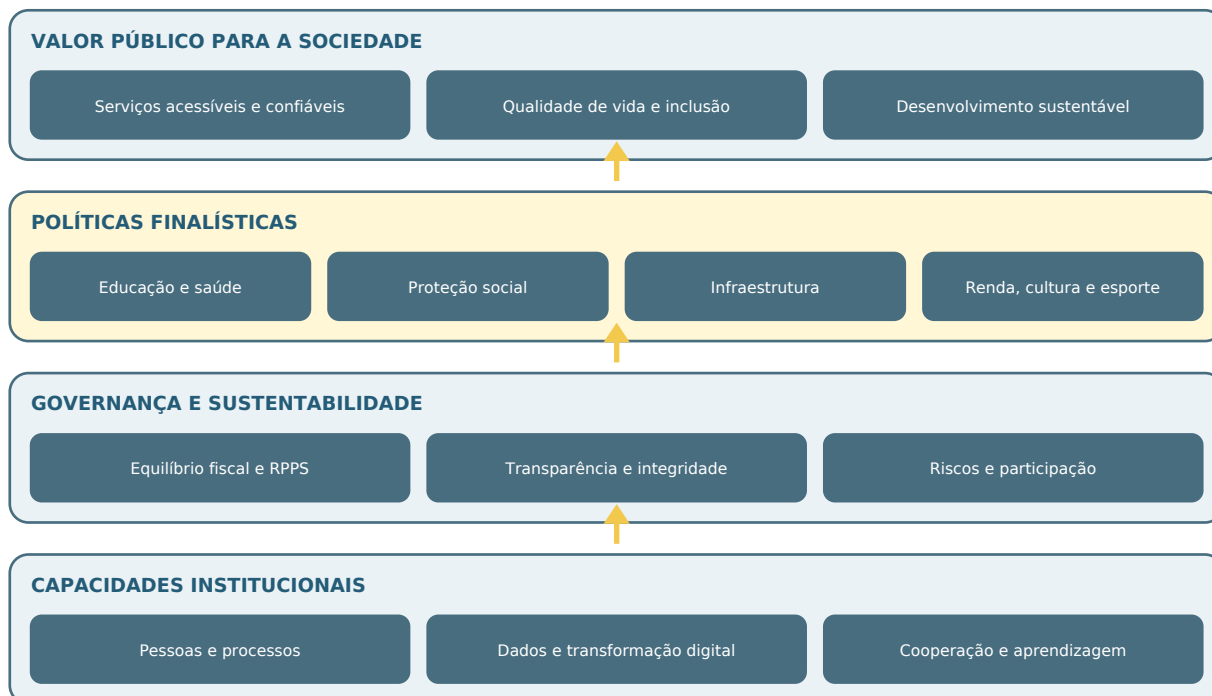
VISÃO 2035

Ser reconhecida como Administração Pública municipal eficiente, inovadora, inclusiva e transparente, com serviços de qualidade, participação social, equilíbrio fiscal e capacidade de gerar resultados sustentáveis e valor público.

Legalidade	Ética e integridade	Transparência	Eficiência
Responsabilidade fiscal	Equidade e inclusão	Participação social	Inovação
Sustentabilidade	Cooperação	Foco no cidadão	Prestação de contas

7. Diretrizes prioritárias e teoria de mudança

A teoria de mudança parte das capacidades institucionais - pessoas, processos, dados, tecnologia e parcerias - para fortalecer governança e sustentabilidade fiscal. Essas condições viabilizam políticas finalísticas integradas e produzem serviços confiáveis, inclusão, desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.



A direção das setas representa a cadeia causal: capacidades sustentam a governança; a governança qualifica as políticas; as políticas geram valor público.

8. Eixos estratégicos e planos de ação

Eixo 1 - Governança, integridade e transformação digital

OE1 - Integrar planejamento, processos, dados, controles e serviços digitais.

- Instituir governança e função de gestão da estratégia.
- Mapear e digitalizar processos prioritários.
- Fortalecer transparência, LAI, LGPD, dados abertos e Carta de Serviços.

Eixo 2 - Sustentabilidade fiscal e previdenciária

OE2 - Preservar equilíbrio fiscal, elevar a qualidade do gasto, ampliar receitas e tratar riscos do RPPS.

- Programação financeira mensal e revisão de cenários.
- Modernização cadastral e tributária.
- Carteira de captação e plano de equilíbrio atuarial baseado em avaliação vigente.

Eixo 3 - Educação e desenvolvimento humano

OE3 - Melhorar aprendizagem, inclusão, permanência e gestão da rede.

- Plano de recomposição da aprendizagem.
- Ativação progressiva das salas de AEE.
- Planos escolares alinhados, frequência e infraestrutura monitoradas.

Eixo 4 - Saúde e proteção social

OE4 - Ampliar qualidade, continuidade do cuidado e proteção territorial baseada em evidências.

- Qualificação cadastral e estratificação de riscos.
- Manutenção preventiva das unidades.
- Diagnóstico socioterritorial e integração da rede de proteção.

Eixo 5 - Infraestrutura, mobilidade e serviços públicos

OE5 - Entregar e conservar ativos urbanos e rurais com transparência física e financeira.

- Painel municipal de obras.
- Plano de manutenção de vias, iluminação, bombas e equipamentos.
- Georreferenciamento da malha prioritária.

Eixo 6 - Desenvolvimento rural, trabalho e renda

OE6 - Fortalecer agricultura familiar, qualificação, empreendedorismo, turismo e parcerias.

- Base integrada de produtores e CAF.
- Trilhas de qualificação com acompanhamento de egressos.
- Portfólio de projetos produtivos e turismo rural.

Eixo 7 - Meio ambiente, água e resiliência

OE7 - Integrar licenciamento, resíduos, recursos hídricos, educação ambiental e resposta climática.

- Rastreabilidade digital do licenciamento.
- Mapeamento de áreas críticas e contingência.
- Metas de resíduos, água e educação ambiental.

Eixo 8 - Cultura, esporte, participação e cidadania

OE8 - Ampliar acesso territorial às políticas culturais, esportivas e de participação.

- Calendário público anual.
- Cadastro de participantes e equipamentos.
- Ouvidoria orientada à melhoria dos serviços.

9. Carteira de projetos estruturantes

ID	Projeto	Liderança institucional	Marco inicial 2026	Evidência mínima
P01	Governança em Rede	Planejamento e Administração	Comitê, UGE, calendário e regimento	Decreto, designações e atas
P02	União Digital	Planejamento e Administração	Inventário e piloto de processo eletrônico	Mapa e processos ativos
P03	Transparência Avançada	Comunicação / Controladoria / Ouvidoria	Diagnóstico PNTP e plano corretivo	Checklist e plano publicado
P04	Equilíbrio Fiscal e Receita Cidadã	Finanças	Programação financeira e plano cadastral	Relatórios e cronograma
P05	RPPS Sustentável	Finanças / RPPS	Diagnóstico atuarial, cadastral e de repasses	Nota técnica e plano
P06	União Aprende	Educação	Plano de recomposição e validação das bases	Plano, avaliações e atas
P07	Saúde Integrada	Saúde	Condições prioritárias e manutenção da rede	Protocolos e inventário
P08	Proteção Social Territorial	Ação Social e Cidadania	Mapa socioterritorial e critérios de prioridade	Diagnóstico e protocolo
P09	Obras com Transparência	Obras / Finanças	Inventário e painel físico-financeiro mínimo	Painel e reconciliação
P10	União Rural Produtiva	Agricultura / Desenvolvimento	Cadastro integrado e trilhas de qualificação	Base e plano anual
P11	União Verde e Resiliente	Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Inventário de áreas críticas e processos digitais	Mapa e protocolo
P12	Cultura e Esporte em Rede	Cultura e Turismo / Esporte e Lazer	Calendário e inventário de equipamentos	Publicação e cadastro
P13	Participa União	Ouvidoria / Comunicação	Plano de escuta e pesquisa de satisfação	Relatório de participação

Cada projeto terá termo de abertura com escopo, exclusões, critérios de aceite, cronograma, estimativa orçamentária, fonte, custeio futuro, riscos, patrocinador, gerente e indicadores. A priorização para execução dependerá da matriz PPA-LDO-LOA validada.

10. Metas e indicadores 2026-2035

As metas de 2026 combinam implantação e entrega. LB 2026 exige medição documentada em até 60 dias do decreto. As bases assinaladas com asterisco são provisórias e deverão ser conciliadas. Caso o decreto seja publicado após 30 de setembro de 2026, o Comitê deverá reprogramar, em até 30 dias, as metas transitórias de 2026 sem alterar as metas de 2027-2035.

Governança e sustentabilidade fiscal

ID	Indicador	Base	2026	2027	2028	2029	2035
I01	Processos prioritários mapeados e digitalizados	LB 2026	Inventário + 30%	55%	80%	100%	100%
I02	Serviços com Carta de Serviços atualizada	LB 2026	Inventário + 50%	75%	90%	100%	100%
I03	Índice oficial do PNTP	LB 2026	Diagnóstico e plano	>=85%	>=90%	>=95%	>=95%
I04	Riscos altos ou extremos com tratamento aprovado	LB 2026	70%	100%	100%	100%	100%
I05	Resultado orçamentário sobre a receita realizada	-0,77%	>=-0,5%	>=0%	>=0%	>=0%	>=0%
I06	Projetos de captação com documentação completa	LB 2026	50%	70%	85%	100%	100%
I07	Obrigações do RPPS repassadas integralmente no prazo	LB 2026	100%	100%	100%	100%	100%

Educação, saúde e proteção social

ID	Indicador	Base	2026	2027	2028	2029	2035
I08	Estudantes avaliados abaixo do padrão básico	48%*	43%	38%	33%	28%	<=20%
I09	Escolas com plano pedagógico de ação alinhado ao PEI	90%*	100%	100%	100%	100%	100%
I10	Salas de AEE em funcionamento regular	3 de 7	4	5	6	7	7
I11	Unidades de saúde com manutenção preventiva executada	LB 2026	50%	100%	100%	100%	100%
I12	Cadastros prioritários com estratificação de risco válida	LB 2026	60%	80%	90%	100%	100%
I13	Famílias prioritárias com acompanhamento atualizado	LB 2026	70%	85%	95%	100%	100%

Infraestrutura e desenvolvimento

ID	Indicador	Base	2026	2027	2028	2029	2035
I14	Obras com dados físicos e financeiros completos	Não consolidado	70%	90%	100%	100%	100%
I15	Extensão da malha rural prioritária mapeada	LB 2026	50%	75%	100%	100%	100%
I16	Ativos críticos com manutenção preventiva executada	LB 2026	50%	70%	90%	100%	100%
I17	Participantes únicos concluintes de qualificação	397*	450	500	550	600	>=750/ano
I18	Egressos com situação verificada após seis meses	LB 2026	40%	60%	80%	90%	90%
I19	Cadastros de produtores e CAF válidos e atualizados	LB 2026	70%	100%	100%	100%	100%
I20	Processos ambientais com rastreabilidade digital completa	LB 2026	50%	75%	100%	100%	100%

Ambiente, cultura, participação e gestão

ID	Indicador	Base	2026	2027	2028	2029	2035
I21	Áreas ambientais e hídricas prioritárias mapeadas	LB 2026	50%	75%	100%	100%	100%
I22	Ações de educação ambiental com evidência e avaliação	LB 2026	12	12	12	12	>=12/ano
I23	Equipamentos culturais e esportivos com manutenção executada	LB 2026	50%	75%	100%	100%	100%
I24	Calendário cultural e esportivo publicado até 31/03	Não consolidado	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
I25	Manifestações com resposta conclusiva no prazo	88,1%*	>=90%	>=92%	>=94%	>=95%	>=95%
I26	Satisfação dos usuários	LB 2026	Medir	>=75%	>=80%	>=85%	>=85%
I27	Relatório anual do PEI publicado até 31/03	Inexistente	Implantar	Sim	Sim	Sim	Sim

Cesta complementar de resultados
Até a revisão de 2027, cada eixo finalístico deverá incorporar ao menos um indicador de resultado para a população, com linha de base validada. Exemplos: aprendizagem por etapa, continuidade do cuidado, evolução de famílias acompanhadas, disponibilidade de ativos, inserção produtiva, destinação de resíduos e cobertura territorial de cultura e esporte.

11. Financiamento e alinhamento PPA-LDO-LOA

O PEI orientará as revisões do PPA 2026-2029, as prioridades anuais da LDO, a programação da LOA e a elaboração dos ciclos subsequentes. A inclusão de iniciativa no PEI não autoriza despesa nem garante dotação.

- Vincular projeto, objetivo, programa PPA, ação LOA, produto, unidade, fonte e unidade responsável.
- Exigir estimativa de implantação e custeio do ciclo de vida para novos ativos.
- Revisar bimestralmente a execução física, financeira e orçamentária.
- Publicar a matriz inicial em até 60 dias do decreto e atualizá-la até 30 dias após cada LOA.

- Submeter alterações que dependam de crédito, programa ou ação aos procedimentos orçamentários próprios.

Critério	Peso
Obriga��o legal e continuidade de serviço	25%
Impacto social e redu��o de desigualdades	25%
Maturidade técnica e capacidade de execu��o	20%
Sustentabilidade fiscal e custo de manuten��o	15%
Risco de não execu��o	10%
Participa��o e territorializa��o	5%

12. Monitoramento físico, financeiro e orçamentário

Rotina	Frequência	Responsável	Produto
Atualiza��o de indicadores	Mensal ou trimestral	Dono do indicador	Base, resultado e evidência
Reunião de desempenho	Trimestral	Comitê	Ata e plano corretivo
Revisão física e financeira	Bimestral	Finanças / UGE	Painel integrado
Presta��o de contas pública	Semestral	Prefeito / Ouvidoria	Relatório cidadão
Avalia��o anual	Até 31 de março	UGE	Relatório do exercício anterior

Regras de desempenho

- Indicadores em que maior    melhor: resultado/meta x 100, limitado a 100% para a classifica  o.
- Indicadores em que menor    melhor: progresso entre a linha de base e a meta; a ficha técnica definir   o cálculo e os casos-limite.
- Indicadores de limiar, como resultado orçamentário maior ou igual a zero: compara  o direta com o limiar, sem divisão por zero.
- Indicadores binários ou de marco: checklist ponderado ou Sim/Não, conforme a ficha técnica.
- Classifica  o: verde quando a meta    atingida; amarelo entre 80% e 99%; laranja entre 60% e 79%; vermelho abaixo de 60%; cinza sem dado válido.

13. Governança, responsabilidades e presta  o de contas

Instância	Responsabilidade	Salvaguarda
Prefeito	Patrocinar, aprovar prioridades e cobrar resultados	Decisões registradas e publicadas
Comitê de Governança e Gestão Estratégica	Deliberar sobre estratégia, riscos, projetos e corre��o��es	Composi��o, quórum e calendário no decreto
Unidade de Gestão da Estratégia - UGE	Coordenar método, painel, reuniões e relatório	Fun��o exercida por estrutura existente
Secretarias, entidades e fundos	Executar projetos e responder por indicadores	Donos designados por ato próprio
Finanças	Integrar orçamento e programa��o financeira	Reconcilia��o bimestral
Controladoria	Avaliar controles, riscos e confiabilidade dos dados	Independência de avalia��o preservada
Procuradoria	Assegurar conformidade jurídica	Atua��o consultiva, sem substituir gestores
Ouvidoria e Comunica��o	Promover participa��o e divulga��o	Linguagem cidadã e prote��o de dados

Articula  o com o Comitê de Governo Digital
O decreto do PEI deverá definir a rela  o com o Comitê Municipal de Governo Digital instituído pelo Decreto Municipal n   37/2026. Recomenda-se que o colegiado existente funcione como câmara técnica para governo digital, dados, segurança da informa  o e LGPD, evitando duplicidade.

A composi  o sugerida do Comitê inclui Gabinete, Planejamento e Administra  o, Finanças, Controladoria, Procuradoria, Ouvidoria e representantes dos eixos finalísticos. A participa  o será sem remunera  o e não implicará cria  o de cargos ou aumento automático de despesa.

14. Gestão de riscos

ID	Risco	Prob.	Impacto	Resposta principal	Evidência inicial
R1	Volatilidade de transferências	Alta	Alto	Cenários e contingenciamento	Programação financeira
R2	Frustração de receitas de capital	Alta	Alto	Projetos maduros e captação	Carteira com checklist
R3	Desequilíbrio atuarial do RPPS	Alta*	Alto*	Avaliação e plano previdenciário	Nota atuarial vigente
R4	Dados incompletos ou inconsistentes	Alta	Alto	Dicionário e validação	Fichas técnicas
R5	Atrasos em contratações e obras	Média	Alto	Planejamento e gestão contratual	Plano anual
R6	Capacidade técnica insuficiente	Média	Alto	Capacitação e cooperação	Plano de competências
R7	Eventos climáticos e escassez hídrica	Média	Alto	Mapeamento e contingência	Mapa e plano
R8	Incidentes cibernéticos e LGPD	Média	Alto	Segurança, resposta e privacidade	Plano de resposta
R9	Descontinuidade de prioridades	Média	Alto	Ato formal, transparência e revisão	Decreto e painel
R10	Custo de manutenção de ativos	Alta	Médio	Custeio do ciclo de vida	Inventário e plano

As classificações assinaladas com asterisco deverão ser confirmadas por evidência. Riscos altos ou extremos exigem proprietário, causa, consequência, controle, ação, prazo e risco residual. A Controladoria avaliará a consistência do processo sem assumir a gestão operacional dos riscos.

15. Ciclo anual de revisão e aprendizagem

Período	Atividade
Janeiro	Consolidação de resultados e execução orçamentária do exercício anterior
Fevereiro	Avaliação técnica e escuta de secretarias, conselhos e territórios
Março	Aprovação e publicação do Relatório Anual do PEI
Abril a junho	Ajustes em LDO, projetos e planos setoriais
Julho a setembro	Alinhamento à LOA e revisão da carteira
Outubro a dezembro	Pactuação das metas e riscos do exercício seguinte

Ajustes técnicos de fonte, responsável ou linha de base poderão ser aprovados pelo Comitê, com motivação e histórico. Alterações materiais de missão, visão, eixos, objetivos ou metas estratégicas exigirão novo ato do Chefe do Poder Executivo, além das alterações legais e orçamentárias aplicáveis.

16. Agenda executiva 2026-2029

Prazo a partir do decreto	Entregas
0 a 30 dias	Comitê, UGE, donos de indicadores e projetos, calendário e relação com o Comitê de Governo Digital
31 a 60 dias	Fichas técnicas, linhas de base prioritárias, inventário de dados e matriz PPA-LDO-LOA inicial
61 a 90 dias	Painel mínimo, carteira priorizada, registro de riscos e planos corretivos
Até dezembro de 2026	Primeiro ciclo de monitoramento e reprogramação das metas transitórias quando necessária
2027	Digitalização ampliada, manutenção preventiva, captação estruturada e primeira avaliação integral
2028	Indicadores de resultado consolidados e 100% das obras no painel
2029	Avaliação do ciclo e pactuação da agenda 2030-2035

17. Agenda de continuidade 2030-2035

A agenda 2030-2035 será detalhada na revisão ampla de 2029, preservando missão, visão e objetivos de longo prazo e atualizando metas, projetos, riscos e fontes. A revisão considerará resultados acumulados, mudanças demográficas, fiscais, tecnológicas e climáticas e o novo PPA.

- Manter transparência em nível de excelência conforme a metodologia vigente.
- Consolidar interoperabilidade e serviços digitais acessíveis.
- Sustentar equilíbrio orçamentário e tratar o passivo atuarial.
- Reduzir para até 20% a proporção de estudantes avaliados abaixo do básico.
- Manter ativos críticos e projetos prioritários sob monitoramento.

- Ampliar participação, satisfação e resultados finalísticos para a população.

18. Considerações finais

O PEI oferece uma arquitetura verificável para transformar diagnóstico em decisão, orçamento em entrega e entrega em resultado. Sua efetividade dependerá da disciplina de medir, explicar desvios, corrigir rumos e prestar contas.

A versão final entrará em implementação somente após aprovação e publicação. O decreto deverá ser documento autônomo e ter o PEI final como anexo identificado por versão e data. Esta versão 1.1 não contém minuta de decreto e não cria, por si, obrigação de despesa.

Anexo I - Fichas técnicas consolidadas dos indicadores

As fórmulas abaixo substituem a expressão genérica da versão anterior. Antes do primeiro reporte, cada órgão deverá complementar a ficha com data de corte, unidade de medida, gestor nominal, validador, caminho da evidência, regras de qualidade e histórico de alterações.

ID e indicador	Fórmula ou critério	Fonte	Periodicidade	Responsável
I01 Processos prioritários mapeados e digitalizados	Número de processos do inventário anual que possuem mapa aprovado, fluxo padronizado, protocolo eletrônico e tramitação digital ativa / total de processos classificados como prioritários no inventário anual x 100.	Inventário de processos e sistema de processo eletrônico.	Trimestral	Planejamento e Administração
I02 Serviços com Carta de Serviços atualizada	Número de serviços ativos publicados com responsável, requisitos, etapas, prazo, canal, forma de acompanhamento e revisão realizada nos últimos 12 meses / total de serviços ativos inventariados x 100.	Catálogo oficial, Carta de Serviços e registros de revisão.	Trimestral	Planejamento e Administração / Ouvidoria
I03 Índice oficial do PNTF	Percentual oficial atribuído ao portal do Poder Executivo Municipal na edição anual do Programa Nacional de Transparência Pública. O acompanhamento trimestral usará checklist interno dos critérios vigentes, sem substituir a nota oficial.	Radar da Transparência Pública, TCE-PI e checklist interno.	Anual; prontidão trimestral	Comunicação / Controladoria / Ouvidoria
I04 Riscos altos ou extremos com tratamento aprovado	Número de riscos altos ou extremos com proprietário, ação, prazo, controle existente e avaliação de risco residual aprovados / total de riscos altos ou extremos abertos x 100.	Registro corporativo de riscos e atas do Comitê.	Trimestral	UGE; validação da Controladoria
I05 Resultado orçamentário sobre a receita realizada	(Receita orçamentária realizada - despesa orçamentária empenhada) / receita orçamentária realizada x 100, sempre para o mesmo período. A classificação de desempenho será por limiar, sem divisão pela meta zero.	RREO, balanço orçamentário e sistema contábil.	Bimestral; fechamento anual	Finanças
I06 Projetos de captação com documentação completa	Número de projetos priorizados para captação que atendem a 100% do checklist aplicável - projeto técnico, orçamento, cronograma, licenças, dominialidade, contrapartida e documentos do concedente - / total de projetos priorizados para captação x 100.	Carteira de captação e checklists assinados.	Trimestral	Planejamento e Administração
I07 Obrigações do RPPS repassadas integralmente no prazo	Número de obrigações mensais devidas ao RPPS pagas integralmente até o vencimento / total de obrigações vencidas no período x 100. Inclui contribuições dos servidores, patronais, suplementares e parcelas formalizadas.	Guias, extratos, folha, contabilidade e registros do RPPS.	Mensal; consolidação trimestral	Finanças / RPPS
I08 Estudantes avaliados abaixo do padrão básico	Número de estudantes com resultado abaixo do padrão básico / total de estudantes com avaliação válida x 100. A nota técnica inicial fixará séries, componentes, instrumento, critérios de validade e comparabilidade.	Sistema municipal de avaliação e bases oficiais aplicáveis.	Anual; acompanhamento pedagógico bimestral	Educação
I09 Escolas com plano pedagógico de ação alinhado ao PEI	Número de escolas com diagnóstico, metas de aprendizagem, ações, responsáveis, cronograma e acompanhamento aprovados para o exercício / total de escolas municipais em funcionamento x 100.	Planos escolares, atas de validação e sistema da SEMED.	Semestral	Educação
I10 Salas de AEE em funcionamento regular	Contagem das salas que, no período, possuem espaço adequado, profissional designado, agenda de atendimento, registros de frequência e recursos mínimos definidos pela SEMED.	Cadastro de unidades, lotação, agendas e relatórios do AEE.	Trimestral	Educação
I11 Unidades de saúde com manutenção preventiva executada	Número de unidades com plano anual aprovado e pelo menos 80% das atividades preventivas vencidas no período executadas / total de unidades de saúde em funcionamento x 100.	Inventário patrimonial, ordens de serviço e plano de manutenção.	Trimestral	Saúde / Planejamento e Administração
I12 Cadastros prioritários com estratificação de risco válida	Número de pessoas pertencentes às condições prioritárias definidas em nota técnica com estratificação registrada e atualizada no prazo clínico / total de pessoas elegíveis com cadastro ativo x 100.	e-SUS APS ou sistema oficial adotado e relatórios validados.	Trimestral	Saúde
I13 Famílias prioritárias com acompanhamento atualizado	Número de famílias classificadas como prioritárias com registro de acompanhamento atualizado nos últimos 90 dias ou no prazo do protocolo aplicável / total de famílias prioritárias ativas x 100.	Prontuário SUAS, CadÚnico e registros territoriais.	Trimestral	Ação Social e Cidadania
I14 Obras com dados físicos e financeiros completos	Número de obras ativas, paralisadas ou concluídas no exercício com identificação, contrato, fonte, cronograma, medição física, pagamento e situação atualizados / total de obras no mesmo escopo x 100.	Painel municipal, ObrasWeb, contratos e contabilidade.	Mensal; consolidação trimestral	Obras / Finanças
I15 Extensão da malha rural prioritária mapeada	Quilômetros de vias rurais do inventário prioritário georreferenciados e classificados quanto à condição / total de quilômetros do inventário prioritário anual x 100.	Base geográfica municipal, vistorias e inventário viário.	Semestral	Obras

ID e indicador	Fórmula ou critério	Fonte	Periodicidade	Responsável
I16 Ativos críticos com manutenção preventiva executada	Número de ativos críticos com plano vigente e pelo menos 80% das atividades preventivas vencidas executadas / total de ativos classificados como críticos x 100.	Inventário patrimonial, plano e ordens de manutenção.	Trimestral	Planejamento e Administração / Obras
I17 Participantes únicos concluintes de qualificação	Contagem anual de pessoas únicas, identificadas de forma protegida, que concluíram ação de qualificação com frequência mínima e critérios de certificação. A mesma pessoa é contada uma vez no ano.	Cadastros dos cursos, frequência e certificação.	Trimestral	Desenvolvimento
I18 Egressos com situação verificada após seis meses	Número de egressos elegíveis contatados entre quatro e oito meses após a conclusão, com situação ocupacional ou produtiva verificada / total de egressos elegíveis no período x 100.	Pesquisa de egressos e registros de parceiros.	Semestral	Desenvolvimento
I19 Cadastros de produtores e CAF válidos e atualizados	Número de produtores do cadastro municipal com dados revisados nos últimos 12 meses e situação da CAF registrada quando aplicável / total de produtores ativos cadastrados x 100.	Cadastro municipal de produtores e registros da CAF.	Semestral	Agricultura
I20 Processos ambientais com rastreabilidade digital completa	Número de processos ambientais iniciados ou movimentados no período com protocolo, documentos, pareceres, decisão, prazos e situação consultáveis eletronicamente / total de processos do mesmo escopo x 100.	Sistema de licenciamento e protocolo eletrônico.	Trimestral	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
I21 Áreas ambientais e hídricas prioritárias mapeadas	Número de áreas constantes do inventário prioritário com delimitação geográfica, tipologia de risco, evidência, responsável e data de revisão / total de áreas prioritárias inventariadas x 100.	Base geográfica, vistorias, Defesa Civil e registros ambientais.	Semestral	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
I22 Ações de educação ambiental com evidência e avaliação	Contagem de ações realizadas com plano, público definido, lista ou estimativa de participantes, registro da execução e avaliação mínima. Ações repetidas sem evidência não serão computadas.	Planos, registros, listas e avaliações das ações.	Trimestral	Meio Ambiente e Recursos Hídricos
I23 Equipamentos culturais e esportivos com manutenção executada	Número de equipamentos com plano anual e pelo menos 80% das atividades preventivas vencidas executadas / total de equipamentos em funcionamento x 100.	Inventário, ordens de serviço e planos de manutenção.	Trimestral	Cultura e Turismo / Esporte e Lazer
I24 Calendário cultural e esportivo publicado até 31/03	Valor Sim quando o calendário anual consolidado, com datas, locais, responsáveis e forma de acesso, for publicado até 31 de março; Não nos demais casos. A execução do calendário será informada separadamente no painel.	Portal oficial e registros de publicação.	Anual	Cultura e Turismo / Esporte e Lazer
I25 Manifestações com resposta conclusiva no prazo	Número de manifestações encerradas com resposta conclusiva dentro do prazo legal, consideradas as prorrogações motivadas / total de manifestações cujo prazo venceu no período x 100.	Sistema de Ouvidoria e registros de resposta.	Mensal; consolidação trimestral	Ouvidoria
I26 Satisfação dos usuários	Número de respostas válidas classificadas como satisfeito ou muito satisfeito / total de respostas válidas x 100. O protocolo fixará questionário, canais, amostra mínima e tratamento de duplicidades e vieses.	Pesquisa de satisfação e registros dos serviços.	Semestral	Ouvidoria / órgãos prestadores
I27 Relatório anual do PEI publicado até 31/03	Valor Sim quando o Relatório Anual do exercício anterior, contendo resultados, desvios, execução física e financeira, riscos e ações corretivas, for publicado até 31 de março; Não nos demais casos.	Portal oficial, Diário Oficial quando aplicável e ata de aprovação.	Anual	UGE

Anexo II - Ficha padrão de projeto estratégico

Campo	Conteúdo mínimo e evidência
Identificação	Nome, código, eixo, objetivo, patrocinador e gerente
Justificativa	Problema, evidências, beneficiários e territorialização
Escopo	Entregas, exclusões e critérios de aceite
Governança	Equipe, parceiros, decisões e escalonamento
Cronograma	Marcos, datas, dependências e caminho crítico
Orçamento	Estimativa, PPA, ação LOA, fonte, contrapartida e custeio futuro
Indicadores	Produto, resultado, linha de base, meta e evidência
Riscos	Causas, impactos, controles, resposta, responsável e risco residual
Prestação de contas	Periodicidade, evidências, link público e linguagem cidadã
Proteção de dados	Dados pessoais envolvidos, base legal, minimização e segurança

Anexo III - Painel de monitoramento

Objetivo	Indicador	Meta	Resultado	Status	Tendência	Causa	Ação	Prazo
OE__	I__							
OE__	I__							

O painel deverá exibir data de atualização, unidade de medida, fonte, responsável, série histórica, evidência, data de corte e nota sobre qualidade. Dados pessoais e informações protegidas serão tratados conforme LAI, LGPD e o Decreto Municipal nº 37/2026.

Anexo IV - Matriz preliminar de vinculação orçamentária

A matriz apresenta a correspondência temática inicial e evita códigos ou valores fictícios. Finanças e UGE deverão validar os códigos dos programas e ações do PPA/LOA, as fontes e os valores em até 60 dias da publicação do decreto.

Projeto	Objetivo	Correspondência temática no PPA 2026-2029	Ação LOA / fonte	Situação
P01	OE1	Gestão, planejamento e modernização administrativa	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P02	OE1	Governo digital e eficiência dos serviços	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P03	OE1	Transparência, controle e participação	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P04	OE2	Gestão fiscal, receita e qualidade do gasto	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P05	OE2	Previdência municipal e equilíbrio atuarial	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P06	OE3	Educação básica, aprendizagem e inclusão	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P07	OE4	Atenção à saúde e gestão da rede	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P08	OE4	Proteção social e cidadania	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P09	OE5	Infraestrutura urbana e rural	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P10	OE6	Agricultura, desenvolvimento, trabalho e renda	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P11	OE7	Meio ambiente, água, resíduos e resiliência	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P12	OE8	Cultura, turismo, esporte e lazer	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada
P13	OE8	Ouvidoria, comunicação e participação social	Código, fonte e valor a validar	Correspondência temática identificada

Anexo V - Requisitos do ato de aprovação e controle de versões

- O decreto será documento separado e aprovará o PEI final como anexo identificado por versão e data.
- O escopo será o Poder Executivo Municipal, sem invadir competências do Legislativo ou de conselhos.
- A composição, o quórum, a periodicidade e a secretaria-executiva do Comitê serão definidos no ato.
- A relação com o Comitê Municipal de Governo Digital será expressamente disciplinada.
- A UGE será função de estrutura existente, sem criação automática de órgão, cargo ou remuneração.
- Donos de indicadores e projetos serão designados em até 30 dias.
- Fichas técnicas e matriz orçamentária inicial serão aprovadas em até 60 dias; painel mínimo em até 90 dias.
- O primeiro Relatório Anual referente a 2026 será publicado até 31 de março de 2027.
- Alterações materiais do plano exigirão ato de mesma hierarquia e compatibilidade orçamentária.

Versão	Data	Situação	Síntese
1.0	19/08/2026	Técnica consolidada	Estrutura original do PEI
1.1	19/08/2026	Minuta técnica revisada	Fórmulas, governança, calendário, riscos, orçamento e ato de aprovação revisados
Final	A definir	Após decreto	Versão aprovada e publicada

Anexo VI - Glossário e referências

Sigla	Significado
PEI	Plano Estratégico Institucional
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
RGC	Relatório de Gestão Consolidado
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
PNTTP	Programa Nacional de Transparência Pública
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
UGE	Unidade de Gestão da Estratégia - função de coordenação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

Referências normativas e técnicas

- [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#)
- [Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal](#)
- [Lei nº 4.320/1964](#)
- [Lei Orgânica do Município de União](#)
- [Decreto Municipal nº 37/2026 - Governo Digital e LGPD](#)
- [IBGE - Estimativas da População 2025](#)
- [TCE-PI - Instrução Normativa nº 01/2022](#)
- [TCE-PI - Orientações para elaboração do RGC, 2025](#)
- [TCU - Referencial Básico de Governança Organizacional, 3ª ed.](#)
- [Prefeitura de União - Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2025](#)

Referências verificadas em 19 de agosto de 2026. Legislação, metodologias de avaliação e estrutura administrativa deverão ser conferidas na versão final e em cada revisão anual.